

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 598 - Brasília, sexta-feira, 28 de novembro de 1997



O senador José Fogaça (E) apresenta seu parecer na comissão presidida pelo deputado Luciano Pizzato

## Mais uma MP do ajuste é aprovada em comissão

*Das oito medidas, sete já estão em condições de ser apreciadas pelo plenário do Congresso*

Comissão composta de deputados e senadores aprovou ontem mais uma medida provisória do ajuste fiscal, elevando para sete o número de MPs em condições de ser apreciadas pelo plenário do Congresso. Agora, das oito medidas enviadas pelo governo, só falta ser examinada por comissão mista, quanto ao mérito, a MP nº 1.602, que trata do Imposto de Renda. A medida aprovada ontem altera as leis que regem a Previdência Social, bem como a CLT e o Simples, o sistema de arrecadação da microempresa. **Página 4**

## CAE abre saneamento a empresas

Projeto que estabelece diretrizes para o relacionamento entre União, estados e municípios em serviços públicos de saneamento foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Um dos objetivos, como esclarece o autor da proposta, senador José Serra, é criar mecanismos que tornem eficientes as intervenções do governo no setor. Outro é permitir que a execução de tais serviços fique atraente para a iniciativa privada. **Página 6**



Presidida por Serra, a CAE aprova projeto com regras para o setor de saneamento

## Ministros terão férias como servidores

Plenário aprovou projeto de lei que autoriza ministro de Estado a entrar de férias como qualquer servidor. **Pág. 3**

## Senadores têm propostas para as dívidas estaduais

Comissão especial do Senado adotou ontem relatório do senador Carlos Bezerra com recomendações para as dívidas de estados e municípios. Os senadores da comissão querem

mudar a sistemática do ICMS prevista na Constituição, alterar o limite de comprometimento das receitas com pagamento de dívidas e votar as reformas. **Página 7**

## Campos: prioridade à agricultura

"País está com a cabeça virada" em política agrícola, lamenta Júlio Campos ao defender o setor. **Página 8**

Senadora diz que o evento transformou-se em encontro cultural do cinema brasileiro e junta-se aos artistas contra os cortes nos incentivos

## Benedita: Festival de Brasília do Cinema solidifica cultura

"O Festival de Brasília do Cinema Brasileiro é motivo de orgulho e um incentivo aos que defendem uma cultura solidificada no país", destacou ontem a senadora Benedita da Silva (PT-RJ). Em sua opinião, o evento, iniciado no último domingo, sempre teve como marca registrada os debates e, nas suas 30 edições, motivou discussões importantes, transformando-se em fórum privilegiado que reúne grande número de cineastas brasileiros.

O festival é uma referência nacional para o engrandecimento e o fortalecimento do nosso cinema, fazendo mais do que jus ao seu nome, pois transformou-se em en-



Benedita: fortalecimento do cinema

contro cultural do cinema brasileiro, como falou o cineasta Vladimir Carvalho - disse Benedita.

A senadora chamou atenção ainda para o abaixo-assinado feito pelos artistas na luta contra a redução de incentivos fiscais à cultura, provocado pelo

impacto do recente ajuste econômico.

Conforme a senadora, os artistas reivindicam o resgate do percentual de 5% de dedução do imposto devido, facultado às empresas, para aplicação em projetos culturais, pois esse valor foi reduzido para 4% pelas medidas do ajuste.

O abaixo-assinado busca exatamente excluir a cultura do corte dos incentivos fiscais e restabelecer os índices máximos de desconto de 5% e 3% para a Lei do Audiovisual e para a Lei Rouanet. Os artistas argumentam que os filmes do Festival de Brasília mostram como a parceria com o governo, por meio de leis de incentivo, tem sido favorável ao cinema nacional - salientou.

## Amin lembra o Dia do Radioamador

A importância do radioamadorismo, atividade que transcende o caráter de mero passatempo, constituindo, muitas vezes, prestação de serviço de relevante utilidade pública, de cunho gratuito e praticamente anônimo", foi destacada pelo senador Esperidião Amin (PPB-SC), ao registrar a comemoração, em 5 de novembro, do Dia do Radioamador.

Amin lembrou que o Brasil é um dos países com maior número de adeptos, representados pela Liga dos Amadores Brasileiros de Radiodifusão (Labre).

## Lucena lamenta morte do jurista Mário Moacir Porto

O senador Humberto Lucena (PMDB-PB) lamentou ontem o falecimento do promotor Mário Moacir Porto, em João Pessoa. Conforme lembrou, Porto foi presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba e era membro das academias de letras desse estado e do Rio Grande do Norte. Também exerceu o cargo de reitor da Universidade Federal da Paraíba e foi professor de Direito da Faculdade da Paraíba.

Mário Moacir Porto era um jurista de pensamento avançado e progressista, que tudo fazia para adequar os julgamentos dos magistrados aos fatos que compõem o dia-a-dia da nossa vida econômica, política, social e cultural. Ele também era defensor intransigente do desenvolvimento regional e não se conformava com o abandono a que era relegado o Nordeste - frisou Humberto Lucena.

## Agenda do Dia

### PLENÁRIO

9h - Sessão Não Deliberativa do Senado Federal

### PREVISÃO DE TRABALHOS

### PLENÁRIO

Terça-feira (02.12.97)

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Pauta: "Projeto de Resolução do Senado nº 151/97, que autoriza o estado do Piauí a contratar operação de crédito consubstanciada nos contratos de cessão de crédito, confissão e novação de dívida e outras avenças, com interveniência da União, celebrados em

28.08.97, com base no protocolo de acordo firmado entre a União e o governo do estado do Piauí, e ao amparo do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados

Quarta-feira (03.12.97)

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: discussão do "PLS nº 25/97 - Complementar, cria o Fundo de Terras

Quinta-feira (04.12.97)

14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

Pauta: Segundo dia de discussão em segundo turno da "PEC nº 63/95 - altera e revoga dispositivos da Constituição federal pertinentes à Justiça do Trabalho

## CARTAS

"Parabéns ao *Jornal do Senado* pela lição de transparência e democracia."

Flavio Cerezuola - presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio de Paranavai (PR)

"Cumprimento a *Secretaria de Comunicação Social do Senado* pelo bem elaborado informativo *Jornal do Senado*, que trata de importantes assuntos de interesse nacional. Na oportunidade, peço uma assinatura desse eficiente meio de comunicação para a *Assessoria de Assuntos Comunitários da Universidade Federal do Pará*."

Alberto Damasceno - assessor (Belém-PA)

"Agradeço a remessa do *Jornal do Senado* e manifesto a esperança de que esse veículo seja o embrião de um futuro *Jornal do Congresso Nacional*. Como líder comunitário, filiado a um partido político e futuro candidato a vereador, sinto-me bem informado politicamente e consciente de meus deveres e direitos de cidadania graças ao *Jornal do Senado*."

Francisco Antonio S. da Silva (Quixadá-CE)

"Solicito a inclusão da *Cooperativa Mista Agro-Industrial dos Produtores Rurais da Estrada da Várzea Ltda. (Coomagril)* na relação de assinantes do *Jornal do Senado*, pois as informações divulgadas pelo veículo são muito úteis para os cooperados desta entidade."

Antonio Gonçalves - diretor técnico (Manaus-AM)

"Tive a grata satisfação de receber, via postal, dois exemplares do *Jornal do Senado* e gostaria de continuar recebendo o veículo no novo endereço do jornal 'O Momento'. Parabéns a equipe pelo trabalho e pela clareza das matérias, que sintetizam as atividades dos senadores."

Rogério Chiaroti - jornalista (Morro Agudo-SP)

N. R.: Os pedidos dos leitores serão atendidos.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emilia Fernandes - Lúdio Coelho

Joel de Holanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do *Jornal do Senado* - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

*Dutra e Suplicy consignaram votos contra. Também autorizado parcelamento das férias de servidores em até três períodos diferentes*

## Senado aprova férias para ministros de Estado



Tuma: ministros sofrem desgaste

O plenário do Senado aprovou ontem projeto de lei que autoriza ministro de Estado a entrar de férias uma vez por ano, nas mesmas condições de qualquer funcionário público efetivo, recebendo inclusive o adicional de 30% de férias. A matéria autoriza ainda os servidores públicos a gozarem suas férias, se pedirem, em até três períodos diferentes, cada um de dez dias, recebendo o adicional no primeiro período. O projeto será enviado à sanção presidencial.

O relator da proposta, senador Romeu Tuma (PFL-SP), ponderou que ministro "é um trabalhador que desenvolve atividades da mais alta relevância no serviço público e que, como tal, sofre os mesmos desgastes físicos do trabalhador comum, muitas vezes adicionadas a

longos afastamentos do meio familiar".

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE), líder do Bloco Oposição, discordou, alegando que eles "já têm muitos privilégios, ganham o maior salário pago no serviço público, têm carros à disposição e outras regalias".

Dutra tentou derrubar o artigo sobre as férias de minis-

tros numa votação de destaque em separado, mas foi derrotado em votação simbólica de lideranças. O senador pediu que ficassem registrados os votos contrários dele e do senador Eduardo Suplicy (PT-SP). O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou que, se pudesse votar, teria votado contra as férias para ministros.

Na mesma sessão, os senadores rejeitaram, por 26 votos contra 19, projeto oriundo da Câmara que obrigava o Executivo, o Legislativo e o Judiciário a publicarem todo mês balanço detalhado sobre todos os gastos com pessoal, incluindo horas extras, gratificações por chefia e média de salários por função. O relator, senador José Eduardo Dutra, defendeu o projeto, assinalando que ele permitiria maior transparência nos gastos públicos.

## Comissão vota na quarta-feira relatório sobre planos de saúde

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) informou ontem que o seu relatório sobre os planos e seguros de saúde, entregue no último dia 19, será votado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) na próxima quarta-feira (dia 3), o que, segundo o senador, permitirá ao presidente do Senado incluir a proposição na Ordem do Dia antes do encerramento dos trabalhos legislativos deste ano.

Sebastião Rocha explicou que a sua restrição ao capital estrangeiro decorre, em parte, da questão doutrinária, ideológica. No entanto, esse não é o ponto fundamental, uma vez que o seu grande receio é o de que o capital estrangeiro não ingressará no país para baratear os custos, para intensificar a concorrência e nem para melhorar a qualidade do atendimento.

O senador lembrou que três seguradoras brasileiras - Bra-

desco, Sul América e Excel - já estabeleceram parcerias com empresas estrangeiras e nenhuma delas reduziu seus preços. Sebastião Rocha ponderou, que se a entrada do capital estrangeiro provocasse uma redução de custos no setor, os preços dos medicamentos seriam baixos, uma vez que nesse setor predomina o capital originário do exterior.

O senador disse ainda que sua proposta também visa à desoneração do Sistema Único de Saúde (SUS), quando propõe que os planos de saúde atendam, na sua cobertura plena, os tratamentos de alta complexidade. O senador explicou que, pelo texto que veio da Câmara dos Deputados, seriam transferidos para o SUS todos os atendimentos de alta complexidade, como cirurgias cardíacas e próteses.

Sebastião Rocha explicou, ainda, que propõe no seu parecer que a tabela de ressarcimento

dos usuários dos planos de seguros para o SUS seja a mesma praticada pelos planos de seguro, enquanto o projeto enviado pela Câmara prevê que esse ressarcimento ocorra obedecendo a uma tabela intermediária, entre os valores aplicados pelo SUS e aqueles cobrados pelos planos de saúde.

- Eu estou ajudando o governo, ao Brasil, porque com essa minha proposta melhoraremos o caixa do SUS. Se os planos de saúde atenderem os tratamentos de alta complexidade, os atendimentos de alto custo, e fizerem o ressarcimento ao SUS, reduziremos o número de pessoas que procuram o Sistema Único de Saúde e melhoraremos a arrecadação do sistema - afirmou.

Sebastião Rocha defendeu maior rigor por parte do governo na fiscalização e no controle das tabelas praticadas pelos planos de saúde e pelos seguros.



Jonas Pinheiro: recursos virão do BID e do Banco Mundial

## Recuperação de rodovias terá US\$ 115 milhões

O governo do Ceará já pode tomar empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$ 115 milhões, destinado a obras de construção, recuperação e melhoria de rodovias cearenses. O plenário do Senado autorizou ontem o governo cearense a tomar o empréstimo, com garantia da União.

Na mesma sessão, o plenário concordou que o governo cearense tome outro financiamento, este no valor

de US\$ 9,6 milhões, destinado à execução do Projeto Piloto do Programa de Gerenciamento e Integração dos Recursos Hídricos do Ceará, que busca aumentar a oferta de água no estado para abastecimento e irrigação. O empréstimo, também sob garantia da União, será dado pelo Banco Mundial. Os dois pedidos de financiamento tiveram parecer favorável do relator, senador Jonas Pinheiro (PFL-MT).

## Regulamento do Tráfego Aéreo e Marítimo passa a ter força de lei

O plenário aprovou projeto que estabelece normas de segurança para o tráfego de embarcações no mar ou nos rios e dá força de lei ao atual Regulamento do Tráfego Aéreo e Marítimo, baixado por decreto do presidente da República. O projeto, que agora vai à sanção presidencial, dá competência ao Ministério da Marinha para habilitar pessoas para os serviços de "práticos", profissionais que ajudam os comandantes de navios, quase sempre à entrada de portos. Caberá ao ministério estabelecer preços para tais serviços.

O relator do projeto, senador Romero Jucá (PFL-RR), afirmou durante a votação que a proposta complementa diversas transformações feitas no setor

para melhorar serviços e reduzir custos dos portos brasileiros. Ele informou que, para recomendar o projeto, ouviu antes a Federação Nacional dos Trabalhadores Portuários, a Confederação Nacional dos Transportes, a Confederação Nacional da Indústria e a Presidência da República.

Na mesma sessão de ontem, os senadores concordaram com requerimento do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), que pediu reexame, pela CCJ, de projeto que cria 35 novas varas da Justiça Federal nos estados da Bahia, Minas Gerais, Goiás e Amazonas. Se aprovada a proposta, serão criados mais de 800 cargos na Justiça destes estados. O senador Bernardo Cabral, presidente da CCJ, protestou contra o retorno da matéria à sua comissão.

Comissão conclui por um projeto de conversão à medida provisória que muda regras da seguridade social, normas da CLT e a lei que dispõe sobre o Simples. Proposta visa ao aumento de arrecadação

# Aprovada MP que altera Previdência

A comissão mista presidida pelo deputado Luciano Pizzatto (PFL-RR) aprovou ontem parecer do senador José Fogaça (PMDB-RS) que conclui por um projeto de conversão favorável, com emendas, à Medida Provisória 1.596, que altera regras relativas à Previdência Social. Recidita sucessivas vezes, a última das quais no dia 10 de novembro, integrando o ajuste fiscal do governo, a MP altera ainda normas previstas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e na lei que dispõe sobre o Simples (Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte).

A medida provisória, que será submetida agora ao plenário do Congresso, contém vários dispositivos que visam ao crescimento da arrecadação: aumenta alíquotas; compatibiliza os cadastros do FGTS e da Previdência Social para o cruzamento de informações no combate à sonegação; cuida da aposentadoria proporcional e de benefícios previdenciários, como o auxílio concedido em caso de acidente de trabalho.

Entre as alterações acolhidas por Fogaça, está a que admite a continuação do pagamento do auxílio por acidente de trabalho após a aposentadoria do trabalhador, desde que o acidente tenha sido decorrente da atividade profissional e tenha causado seqüelas que obriguem ao seguro gastos permanentes. O senador deu um exemplo: o trabalhador que tiver sofrido perda de audição em decorrência do exercício de sua profissão terá que passar o resto da vida gastando dinheiro com assistência médica e aparelhos de surdez. Esse trabalhador, segundo o relator, terá então o auxílio por acidente de trabalho mesmo após se aposentar.

Fogaça não aceitou tentativa do governo de desestimular a aposentadoria proporcional do trabalhador do setor privado. O governo queria



Senador José Fogaça (ao centro) relatou o projeto de conversão na comissão mista que analisou a MP nº 1596

que o trabalhador aposentado no sistema proporcional e que continuasse no emprego não tivesse direito à indenização de 40% sobre o FGTS no caso de demissão, porque, com a concessão do benefício previdenciário, estaria extinto o seu contrato de trabalho. Embora não seja favorável à aposentadoria proporcional, por considerá-la "nefasta aos cofres da Previdência", o senador acolheu emendas que suprimiam a proposta governamental por entender que não se pode corrigir uma distorção utilizando-se o contrato privado de trabalho, previsto na legislação trabalhista: "No caso, opto pelo meu direito político de não lesar os direitos dos trabalhadores".

Outras mudanças adotadas por Fogaça a partir de emendas: multa de 20% não incidirá sobre o primeiro parcelamento, mas apenas sobre o reparcelamento para pagamento de créditos da dívida ativa; o INSS prestará contas ao Conselho Nacional do Serviço Social sobre os imóveis que vier a vender; o trabalhador terá direito a optar por admitir o auxílio-acidente no salário contribuição, tendo direito a que esse auxílio seja compatível no futuro com sua aposentadoria, ou a não admiti-lo, perdendo tal direito; as aposentadorias especiais serão tratadas em lei ordinária.

O relator disse ser muito difícil fazer um trabalho que atenda a interesses tão diversificados quanto os que envolvem a

medida provisória, principalmente por ter havido pouco tempo para o debate. Fogaça criticou o teor de diversas emendas oferecidas, que, "ao invés de apresentarem alternativa às mudanças propostas para situações distorcidas, apenas suprimiram as mudanças". E criticou também o governo por este não ter-se empenhado em aprovar a matéria durante os treze meses em que ela tramitou no Congresso e querer agora que tudo esteja resolvido em dez dias. "Com a

ausência do debate, fica difícil encontrar boas soluções, soluções abrangentes e dotadas de equidade", queixou-se.

Fogaça reconheceu a importância política e econômica da medida e do esforço do governo para fazer um ajuste fiscal, mas lamentou o prazo exíguo para que os parlamentares pudessem examinar a matéria. A medida provisória recebeu 103 emendas, das quais 31 foram acolhidas parcial ou integralmente pelo relator.

## Senado deve votar logo a reforma administrativa

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem, em entrevista à imprensa, que a emenda da reforma administrativa poderá ser apreciada pela Casa até o

próximo mês de fevereiro, respeitados os prazos regimentais na tramitação da matéria, e "desde que o relator que vier a ser escolhido prepare seu parecer mais rapidamente".

Na avaliação do senador, o texto da proposta de reforma administrativa acolhido pela Câmara dos Deputados poderá ser aprovado pelo Senado sem alterações. Antonio Carlos destacou, no entanto, que os senadores têm autonomia para introduzir modificações, caso a maioria considere necessário. Ele disse também esperar que a Câmara aprove a proposta de reforma da Previdência Social nos termos em que foi aprovada pelo Sena-



Antonio Carlos: fevereiro

## FNS no Acre não sofrerá cortes, diz Nabor Júnior

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) informou ontem, para tranquilizar os funcionários da Fundação Nacional de Saúde do Acre, que a secretária-executiva do Ministério da Administração e Reforma do Estado (Mare), Cláudia Costin, em telefonema, assegurou-lhe que "não é intenção do governo federal demitir na FNS e na área de educação, pois não há excesso de funcionários no âmbito da administração federal".

Nabor afirmou-se confiante na palavra da secretária. Ele reiterou manifestações anteriores feitas no plenário do Senado, repercutindo preocupações de seu estado, em que alertou o governo para o impacto de uma das medidas fiscais recentemente divulgadas, por implicar a demissão de milhares de servidores públicos.

Após a extinção da Sucam, decidida no governo Collor, duplicaram os casos de malária na região amazônica, salientou. Depois desse recrudescimento, o controle preventivo de doenças endêmicas na região passou a ser desenvolvido pela FNS, que tem cerca de 600 funcionários no Acre, acrescentou.



Nabor Júnior: garantia do Mare

*Senador defende união de todos para que o país possa enfrentar sem problemas as consequências da crise econômica internacional*

## Otoniel propõe pacto em defesa da economia

O senador Otoniel Machado (PMDB-GO) propôs ontem que as forças políticas do país estabeleçam um pacto de unidade em defesa da economia nacional. O pacto, conforme o senador, significaria propiciar as condições necessárias para que o país, através das reformas, possa suportar o primeiro impacto da crise internacional nas bolsas.

A agilização das reformas previdenciária e fiscal, a retomada dos investimentos, a interiorização do progresso industrial, o estabelecimento de políticas definitivas para o setor agrário e o combate ao desemprego estão entre as sugestões feitas pelo senador para compor o eixo comum de ações a favor da estabilidade econômica.

- O meu partido, o PMDB,



Otoniel: agilização das reformas

certamente não vai se furta a compor este grande esforço para frear a turbulência da crise internacional e garantir os meios necessários para a retomada do crescimento econômico baseado no trabalho, na produtividade, na promoção da verdadeira justiça social - garantiu.

Depois de afirmar que as

medidas de ajuste fiscal baixadas pelo governo federal não serão suficientes para cicatrizar os estragos da crise internacional, Otoniel Machado ressaltou a necessidade de aprovação da reforma da Previdência e da reforma tributária, ambas em apreciação na Câmara. "O Brasil não será competitivo se continuar amarrado aos atuais dogmas constitucionais que atrofiam a ação do poder público", justificou.

Ao final, o senador manifestou satisfação pela aprovação do novo Código Civil e destacou o "brilhante desempenho" do senador Josaphat Marinho (PFL-BA), que, acrescentou, "com seu equilíbrio e experiência, tem dado uma contribuição decisiva à moderna sociedade brasileira".



Freitas Neto: ajuste necessário

## Sacrifícios devem ser para todos, diz Freitas

Ao louvar ontem o espírito cívico e a coragem do presidente Fernando Henrique Cardoso no lançamento do programa de ajuste fiscal, o senador Freitas Neto (PFL-PI) defendeu "uma distribuição mais justa dos sacrifícios que o plano impõe". Ele entende que isso é necessário até para garantir a legitimidade do programa e a eficácia das medidas impostas.

- Infelizmente, algumas das propostas incluídas nesse conjunto trazem consigo uma carga que atinge a população brasileira de forma desigual ao extremo. Por necessárias que sejam, essas medidas precisam sofrer correções - argumentou.

Segundo Freitas Neto, cabe ao Legislativo e ao Executivo aperfeiçoar essas medidas, até para torná-las mais viáveis. Ele apontou "os fortes golpes desferidos contra os incentivos fiscais", dizendo que no Orçamento de 1995 o Sudeste ficava com 44,3% dos incentivos fiscais, enquanto o Nordeste contava com apenas 11,95%. "A situação pouco mudou desde então", observou.

Ele disse ainda que o funcionalismo público é atingido pelo ajuste fiscal de forma mais dura que outros segmentos da população, "como se fosse o único responsável pelo déficit público". E afirmou que esses funcionários, "que já amargam quase três anos sem aumento, vêem-se agora expostos a novas sanções". Para Freitas Neto, a população entende que o momento é de sacrifícios, mas, para aceitá-los, é preciso que eles sejam distribuídos de forma equânime.

Suplicy: ajuste atinge o social

## Suplicy alerta para desemprego

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou ontem que a taxa de desemprego em São Paulo bateu, no mês passado, o recorde de 16,5%, antes mesmo do anúncio do conjunto de medidas do ajuste fiscal. Citando dados da Fundação Seade e do Dieese, ele informou que há 1,4 milhão de desempregados no seu estado.

Segundo o senador, as medidas do ajuste fiscal deverão agravar esse índice, já que o governo, em sua opinião, parece mais preocupado com o capital do que com o trabalho. E lembrou ter dito ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, que as energias do governo são dedicadas mais à solução dos problemas da elite que dos problemas dos trabalhadores.

Suplicy citou Frei Beto para dizer que "as pessoas pensam muito de acordo com o lugar onde pisam com seus pés". Na avaliação dele, na medida em que o presidente Fernando Henrique Cardoso e os ministros da equipe econômica "têm um contato maior com as elites e muito pouco contato com as classes de menor renda, então não é à-toa que se observa a lentidão do governo com os que são mais atingidos pela política econômica".

## Suassuna: "Congresso não cortará recursos da educação"

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB), presidente da Comissão Mista de Orçamento, anunciou ontem que ele próprio, o relator do Orçamento para 1998, deputado Aracely de Paula (PFL-MG), e os membros da comissão decidiram não realizar nenhum corte nas dotações orçamentárias do governo alocadas na área da educação.

Suassuna também se referiu à decisão parlamentar de "recusar qualquer contingenciamento nos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), tomada em comissão mista que analisa medida provisória do governo e reiterada pelo relator, senador Vilson Kleinübing".

- Quando se refere à



Ney Suassuna garante que verba da educação é intocável

educação, seja na Comissão de Orçamento ou nas comissões mistas, não permitiremos cortes, pois só a educação é capaz de alavancar o desenvolvimento do país - enfatizou.

Conforme disse Suassuna, os parlamentares inicialmente realocariam cerca de R\$ 45 milhões, mas "os reitores nos fizeram ver que o funcionamento do ensino superior seria muito prejudicado", observou.

O senador também informou que o projeto de lei orçamentária para 1998 deverá ser votado no plenário da comissão no dia 8, e que "a proposta será entregue ao presidente do Congresso na manhã do dia seguinte", para ser submetida à deliberação do plenário do Congresso nos dias 10 e 11 de dezembro. O Orçamento será votado no prazo constitucional, comemorou Suassuna.

## Simon quer priorizar gasoduto no Rio Grande

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) defendeu ontem a construção do gasoduto Brasil/Argentina, passando pelos estados sulistas e interligando-se ao gasoduto Bolívia/Brasil, como uma decisão política de permitir que a região Sul "tenha condições de encontrar seu caminho de desenvolvimento".

Conforme o senador, o gasoduto, que garantirá mais energia a Porto Alegre, foi decidido em dois protocolos anteriores ao firmado com a Bolívia: o primeiro, entre os então presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín, foi reiterado por outro, firmado entre Fernando Collor, nos primeiros dias de seu governo, e Carlos Menem.

Depois deles, foi assinado o protocolo de construção do gasoduto Bolívia/Brasil, que deverá atravessar o Brasil Central e chegar a São Paulo, com ramificações para o Rio de Janeiro e Minas Gerais e, posteriormente, para o Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, acrescentou o senador.

É fácil compreender que, passando pelos ricos Centro-Oeste e São Paulo, todo o gás que vier da Bolívia será consumido nessas regiões - observou.

Simon disse que, através do presidente da República, já apresentou esse arrazoado ao ministro de Minas e Energia, Raimundo Brito, e ao presidente da Petrobrás, Joel Rennó, dos quais recebeu respostas de que a proposta está sendo estudada em profundidade.



Senadores discutem o projeto de José Serra, antes de sua aprovação na reunião de ontem na comissão

*Projeto de José Serra determina que a União formulará a política nacional para a orientação das suas ações no setor*

## CAE abre caminho para o saneamento privatizado

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem parecer favorável a projeto de lei do senador José Serra (PSDB-SP) que estabelece diretrizes para o exercício do poder concedente e para o inter-relacionamento entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios em matéria de serviços públicos de saneamento.

A matéria foi relatada pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB), que acolheu uma emenda do próprio autor, e agora será encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para deliberação em caráter terminativo.

Conforme a justificativa de José Serra, também presidente da comissão, o projeto oferece instrumentos adequados para que as ações de saneamento das diversas esferas de governo possam ser exercidas de forma eficiente, permitindo que a execução de tais serviços se torne atraente para a iniciativa privada, mediante regras estáveis e transparentes para as concessões na área de saneamento.

De acordo com o projeto, nenhuma concessão de servi-

ços públicos de saneamento será outorgada sem lei anterior que a autorize e estabeleça as suas especificações. Caberá à União formular a Política Nacional de Saneamento como instrumento de orientação das suas ações no setor, e estabelecerá critérios para aplicação, em serviços públicos de saneamento, dos recursos públicos por ela ad-

*A idéia de Serra é tornar as ações de saneamento eficientes, visando atrair a iniciativa privada para o setor, através de concessões*

ministrados. A União também deverá assumir a titularidade supletiva da prestação de serviços públicos de saneamento pelo prazo máximo de dois anos.

A proposição atribui ao município o exercício do poder concedente no setor quando envolver a realização de serviços de interesse local; e ao Distrito Federal, quando objetivar a execução de obras de saneamento e serviços em sua área geográfica.

O poder concedente, conforme a proposta, é atribuído aos estados, entre outras hipóteses, quando se tratar de

sistemas integrados de saneamento, tais como abastecimento de água, em suas fases de captação, adução e tratamento, que atendam às redes locais de distribuição de dois ou mais municípios.

Na mesma reunião, a CAE acolheu parecer favorável a solicitação do governo de São Paulo para que seja autorizado a emitir letras finan-

ceiras do estado, destinadas ao giro da dívida mobiliária vencível em dezembro de 1997. A matéria, relatada pelo senador Gerson

Camata (PMDB-ES), será submetida ainda ao plenário do Senado.

A comissão também aprovou parecer favorável a pedido do governo da Paraíba para elevação temporária do limite da dívida consolidada, para permitir a contratação de operação de crédito junto ao Banco do Nordeste do Brasil, no valor de R\$ 23 milhões, a serem aplicados na execução de projetos de infra-estrutura e desenvolvimento institucional naquele estado. A matéria tem como relator o senador Wilson Kleinübing (PFL-SC) e será enviada ao plenário.

## Rocha dá por encerrado caso da viagem oficial ao AP

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) considerou ontem encerrado o episódio ocorrido terça-feira, quando foi informado, pouco antes do embarque na comitiva presidencial que se dirigia ao Amapá, de que não faria o mesmo trajeto dos parlamentares governistas.

Ele agradeceu o apoio e as manifestações de solidariedade que recebeu do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, do senador José Sarney (PMDB-AP) e de outros senadores.

Sebastião Rocha disse que aceitou as explicações do presidente Fernando Henrique Cardoso. O senador entende que a responsabilidade pelo acontecido cabe à assessoria política do Palácio do Planalto, que, "certamente, orientou o cerimonial sobre a presença ou não dos parlamentares opositoristas".

A propósito da visita feita pelo presidente da República ao Amapá, o senador informou que a grande expectativa do povo amapaense é que essa viagem não seja interpretada apenas como "marketing político-eleitoral", e que haja o apoio concreto do governo federal para a conclusão da rodovia BR-156.

Na opinião de Sebastião Rocha, a ponte sobre o rio Oiapoque - que interliga o Amapá à Guiana Francesa - tem sua importância, mas em termos de resultados para a população do estado a prioridade maior é a pavimentação da BR-156, numa extensão de 460 quilômetros.



Simon: gasoduto no Sul



Rocha: episódio encerrado

*A Comissão do Endividamento dos Estados e Municípios aprovou o relatório de Carlos Bezerra, no qual as reformas previdenciária, administrativa e tributária fazem parte da solução*

## Comissão conclui que dívidas têm solução ligada às reformas

A Comissão Especial Temporária do Endividamento dos Estados e Municípios fez sua última reunião ontem, quando foi apresentado e aprovado por unanimidade o relatório final do relator, senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), que será submetido ao exame do plenário do Senado na próxima semana. A comissão foi presidida pelo senador Carlos Patrocínio (PFL-TO).

O relatório baseou-se principalmente nos seminários promovidos pela comissão em maio e setembro deste ano, quando foram ouvidos os senadores Vilson Kleinübing (PFL-SC) e Esperidião Amin (PPB-SC), autoridades da área econômica, com destaque para o secretário-geral do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, e secretários es-



Patrocínio presidiu a comissão

taaduais, entre outros.

### O RELATÓRIO

Carlos Bezerra concluiu no relatório que são três os itens principais a serem priorizados para solução das dívidas e para o ajuste fiscal dos estados e municípios: a conclusão dos procedimentos de deliberação e votação das reformas previdenciária, administrativa e tri-



Bezerra: relatório muda ICMS

butária, "como forma de proporcionar, no mais curto prazo possível, condições para que possam solucionar questões básicas que emperram o ajustamento de suas contas".

Em segundo lugar, deve ser alterada a Constituição no tocante ao Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e a distribuição

de sua receita entre os estados. Segundo ele, este seria um modo de consagrar o *princípio do destino*, em substituição ao *princípio de origem*.

Por último, devem ser adotadas imediatamente, com a interferência do Senado junto ao Executivo, providências para reduzir a no máximo 11% o nível de comprometimento da receita líquida real de estados e municípios com o pagamento de sua dívida total, mobiliária e contratual.

Estiveram presentes à reunião os senadores Carlos Patrocínio, Carlos Bezerra, Edilson Lobão (PFL-MA), Geraldo Melo (PSDB-RN), Gilberto Miranda (PFL-AM) e Freitas Neto (PFL-PI).

## Paraná se explica sobre montadoras

Depois de prolongado debate que contou com a presença dos secretários paranaenses da Fazenda, Giovanni Gionédís, e do Planejamento, Miguel Salomão, que deram explicações aos senadores sobre a capacidade de endividamento do Paraná, sua saúde financeira e a aplicação da Lei Camata - que limita os gastos com funcionalismo -, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) marcou para a próxima quinta-feira a apreciação de três pedidos do governo do Paraná para que seja autori-

zado a contratar operações de crédito externo, com aval da União.

Ao interpor ontem os secretários, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) sustentou que o Paraná está quebrado, uma vez que "gasta mais do que arrecada" e "sobrevive à custa da venda dos ativos públicos". Ele destacou que o Paraná está pagando os investimentos das montadoras que vão se instalar no estado com dinheiro público, sem cobrar juros nem correção monetária. O senador disse que

o estado tem que mostrar à CAE os documentos pedidos e dar publicidade aos protocolos de intenções feitos com a Renault e a Chrysler.

Em resposta, o secretário de Planejamento do Paraná informou que o governador Jaime Lerner encaminhou os balanços solicitados pela CAE e pelo Banco Central. Sobre os protocolos de intenções, explicou que só dará publicidade se os demais estados da Federação também o fizerem, tornando-se isto uma regra geral. É

uma estratégia da guerra fiscal, avaliou.

O relator dos pedidos de empréstimo, senador Osmar Dias (PSDB-PR), lembrou que ele é sempre acusado pela mídia de bloquear, há quase um ano, os pedidos de empréstimos do Paraná. Entretanto, o que está ocorrendo, disse o senador, é a intransigência do governador Jaime Lerner, que não envia as informações solicitadas, fazendo com que ele não tenha condição de colher dados para concluir seu relatório.

## Bianco pede por agricultor de Rondônia

O senador José Bianco (PFL-RO) pediu ontem a aprovação do projeto de lei de sua autoria que reduz em 50% os débitos contraídos por agricultores que receberam financiamentos de fundos constitucionais. Conforme esclareceu, à época em que foram tomados - pouco antes ou no início da implantação do Plano Real -, esses financiamentos ofereciam condições favoráveis,

mas, com a conseqüente acomodação dos preços da terra e do gado, os agricultores ficaram em situação extremamente difícil.

Preocupado com os produtores rurais de Rondônia, que tomaram financiamentos do FNO por meio do Banco da Amazônia, o senador comunicou ter encaminhado correspondência ao banco para que prorrogue o vencimento da

próxima parcela.

- Se não for concedida a redução, milhares de agricultores engrossarão a fila dos sem-terra, pois terão que entregar seus imóveis rurais.

Bianco lembrou que para os produtores rurais atendidos pelo Programa do Crédito Especial para Reforma Agrária (Procera) já foi concedido o mesmo rebate de 50% nas dívidas contraídas.



Bianco: apelo ao Basa

## PROGRAMAÇÃO

### TV SENADO

24 horas no ar

- 7h - Entrevista com o senador Pedro Simon (PMDB-RS) sobre a revisão constitucional e o possível apoio do PMDB à reeleição de FHC (inédito)
- 7h30 - "Jornal da Amazônia" (reapresentação)
- 7h40 - "Senado em Pauta"
- 8h - Debate com o escritor russo Victor Ampilov sobre os acontecimentos na Rússia na última década (inédito)
- 9h - Sessão plenária (sivo)
- Logo após - Audiência pública com o presidente do BNDES, Mendonça de Barros, na Comissão de Infra-Estrutura (pré-gravado em 25/11)
- 14h30 - Sessão plenária (reapresentação)
- 19h30 - "Sete Dias na Política", com o senador Carlos Wilson (PSDB-PE) e o ex-líder do PT, Jacques Wagner
- 20h30 - "Congresso Hoje"
- 21h30 - "Fala Cidadão" (inédito)
- 1h - "Sete Dias na Política" (reapresentação)
- 2h - "Jornal da Amazônia"
- 2h30 - Sessão plenária (reapresentação)

**Destaque da programação do fim de semana:**

#### Sábado

- 10h - Audiência pública com o ministro da Previdência, Reinhold Stephanes, que analisa o sistema previdenciário na comissão mista (26/11)
- 14h - Audiência pública com o presidente do BNDES, Mendonça de Barros, que analisa a privatização das empresas de energia elétrica na Comissão de Fiscalização e Controle (25/11)

#### Domingo

- 10h - Audiência pública com o ministro da Fazenda, Pedro Malan, que analisa a legalização dos jogos de azar na Comissão de Constituição e Justiça (26/11)
- 14h - Sessão plenária de 26/11 - votação do novo Código Civil (reapresentação)

### RÁDIO SENADO

24 horas no ar

- 7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
- 8h45 - "Plenário em Revista"
- 9h - Sessão plenária
- 13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
- 19h - "A Voz do Brasil"
- 22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
- 0h - Retransmissão da sessão plenária

#### SABADO

- 8h - Resenha da semana (plenário)
- 10h - Resenha da semana (comissões/ presidência)
- 11h - "A Música Erudita e seus Meztres"
- 15h - Resenha da semana (plenário)
- 16h - "A Boa Música do Brasil"
- 22h - "Século XX"

#### DOMINGO

- 8h - Resenha da semana (plenário)
- 10h - Resenha da semana (comissões/ presidência)
- 11h - "A Música Erudita e seus Meztres"
- 15h - Resenha da semana (plenário)
- 16h - Resenha da semana (plenário)
- 17h - "Século XX"
- 22h - "A Boa Música do Brasil"

**NOS INTERVALOS DA PROGRAMAÇÃO ESPECIAL DO FIM DE SEMANA, O MELHOR DA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA E NOTAS INFORMATIVAS.**

Senador lamenta que o país esteja com a "cabeça virada" em termos de política agrícola e pede ao presidente da República que ouça o apelo do ministro da área

## Campos quer prioridade para agricultura

O senador Júlio Campos (PFL-MT) fez um apelo ontem ao presidente da República e aos ministros da área econômica para que "ouçam os reclamos" do ministro da Agricultura, Arlindo Porto, no sentido de que a agricultura seja incluída como prioridade nacional. O senador disse que, em termos de política agrícola, o país está "com a cabeça virada".

Segundo Júlio Campos, "toda vez que se lança um pacote econômico no país, a agricultura é prejudicada". O produtor rural nada ganhou nesses três anos de vigência do Plano Real; pelo contrário, perdeu muito, advertiu o senador.

Exemplificando, ele citou



Campos: cerveja vale 10 litros de leite

o caso do preço de um litro de leite, que é vendido às cooperativas em Mato Grosso ao preço de 10 centavos, enquanto uma latinha de cerveja custa mais que R\$ 1,00 naquele estado, ou seja, com uma lata de cerveja se com-

pram dez litros de leite.

Júlio Campos disse, ainda, que não há perspectiva de melhoria da bacia leiteira, apesar dos esforços do ministro da Agricultura. Conforme o senador, quem comprou vaca leiteira financiada pelos bancos oficiais é hoje um "homem falido" porque não consegue pagar as dívidas em consequência dos juros altos e da correção monetária.

O senador informou que o crescimento da safra do ano que vem, estimado em apenas 0,25%, mais do que configura uma estagnação do setor. Ele indica, segundo o senador, o prolongado descaso com que sucessivas administrações brasileiras vêm

tratando os produtores rurais.

- O que nos falta é uma política agrícola consistente, que permita ao Brasil concretizar todo o seu imenso potencial. O país tem condições de sobra para não precisar importar nenhum produto. Deveria, sim, aumentar nossas exportações - afirmou Júlio Campos.

Ele ressaltou que o Brasil precisa reverter a posição de suas contas externas, tarefa na qual a agricultura poderá ajudar muito se for convenientemente estimulada. Segundo o senador, é preciso deixar de lado aquele conceito ultrapassado de que apenas a industrialização pode fazer riqueza no país.



Amin: contra aumento da taxa

## Amin: taxa faz o Brasil perder turistas

O senador Esperidião Amin (PPB-SC) afirmou ontem que, com a intenção de desestimular as viagens de brasileiros a Miami, aumentando para R\$ 90,00 a taxa de embarque, o governo acabou por prejudicar seriamente o turismo receptivo brasileiro, que já não era intenso antes do anúncio das medidas do ajuste fiscal.

- O Brasil tem sido tão modesto na captação de turismo que deveríamos dispensar notícias como essa publicada no *Clarín*, de Buenos Aires - declarou ainda o senador, exibindo matéria com o título "Aeropuertos más caros en Brasil", publicada no último dia 19, na página de economia do jornal.

O texto diz que os turistas argentinos e do resto do Mercosul que viajam para o Brasil terão que pagar agora uma taxa de R\$ 90,00 para sair de qualquer aeroporto brasileiro.

No entender de Amin, o aumento da tarifa de embarque é ilegal e inconstitucional. Ele argumentou que a medida não resultará em receita para o Tesouro, porque consiste num preço público a ser pago como contrapartida de um serviço a ser prestado. E, segundo ele, preço público não pode ser transferido para o Tesouro.

Amin lembrou finalmente que Florianópolis é a terceira cidade brasileira na recepção de turistas estrangeiros, e explicou que quem viaja de Buenos Aires para aquela cidade terá, com essa nova taxa de embarque, um aumento equivalente a 70% no trecho.



Jucá: pelos técnicos do Inbra

## Jucá propõe estender gratificação

O senador Romero Jucá (PFL-RR) afirmou ontem que, em função de documento da Associação dos Servidores da Reforma Agrária (Assera) a ele encaminhado, fez gestões junto ao Ministério de Política Fundiária em prol da extensão da Gratificação de Desempenho de Atividade Fundiária (GAF) aos técnicos agrícolas do Inbra.

- O ministro Raul Jungmann e o presidente do Inbra, Milton Seligman, estão buscando um modo de satisfazer a reivindicação - registrou, dizendo ser esta a posição do ministro, conforme ofício recebido pelo senador.

## Tuma desconfia do boi gordo como aplicação

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) alertou ontem para o risco a que está sujeita a população com a massiva publicidade que atrai investimentos para o boi gordo e produtos derivados da agropecuária. Ele disse ter informações de que a Polícia Federal investiga irregularidade com um desses fundos e pediu maior vigilância do poder público sobre essa operação. Citando Lúcio Alcântara (PSDB-CE), afirmou que "onde houver poupança popular o Estado tem que estar presente".

Ele informou ter apresentado, há alguns dias, requerimento para que os ministérios da Fazenda e da Justiça informem quais órgãos são responsáveis pela fiscalização desses fundos de investimento. Até agora não recebeu resposta, mas já sabe que



Tuma pede maior atenção a toda espécie de poupança popular

a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o Banco Central não fiscalizam.

Conforme Romeu Tuma, a Receita Federal só interfere na questão para efeito de cobrança de imposto de renda, e a Polícia Federal só procura esses fundos quando há indício de crime. "O que me preocupa é que se faz uma intensa campanha para que a população invista em bois e outros produtos da pecuária, sem que a população tenha qualquer garantia de retorno do seu investimento", afirmou ele.

O senador advertiu que muitos desses anúncios estão conclamando a população a aplicar o 13º salário nesses investimentos, sem que se vislumbre proteção alguma por parte do Estado. "Nessa vastidão de prejuízos resultantes da crise das bolsas, o que acontecerá com quem ganha pouco e está acreditando em toda essa publicidade?", questionou ainda o senador, mostrando em plenário várias páginas de revista com esses anúncios.